

O direito à cidade no processo de ensino-aprendizagem de arquitetos e urbanistas no Brasil.

Ações e atividades na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Presbiteriana Mackenzie

RESUMO

O conceito “Direito à Cidade” discutido por Lefebvre (2001), surge do olhar para as desigualdades socioespaciais que as cidades apresentavam na década de 1960. No Brasil naquele momento a mudança de enfoque, tanto no âmbito das pesquisas, quanto no planejamento urbano, volta os olhares para as carências da população. Apesar da atuação das políticas públicas e da luta dos movimentos sociais, o período de regime militar reduz a atuação às ações pontuais e pouco efetivas diante do contexto de desigualdade que se apresentava. Mesmo com a abertura democrática com a ampliação das políticas e ações públicas nas últimas décadas, atualmente as cidades brasileiras se apresentam ainda contextos de desigualdade socioespacial acentuada vinculada ao processo de urbanização acelerada, como um campo fértil e ao mesmo tempo complexo para a atuação dos arquitetos urbanistas, profissionais e pesquisadores. Diante disso, este artigo reflete as atividades do curso de graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie que articulam ensino, pesquisa e extensão à luz do conceito do direito à cidade, buscando contribuir para a formação de profissionais conscientes de sua função social.

Palavras-Chave: Direito à cidade, urbanização, desigualdade socioespacial, Arquitetura e Urbanismo, curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo.

ABSTRACT

The concept “Right to the City”, discussed by Lefebvre (2001), arises from the look at the socio-spatial inequalities that cities presented in the 1960s. turns its eyes to the needs of the population. Despite the performance of public policies and the struggle of social movements, the period of military regime reduced action to punctual and ineffective actions in the face of the context of inequality that was presented. Even with the democratic opening with the expansion of public policies and actions in recent decades, Brazilian cities still present contexts of marked socio-spatial inequality linked to the process of accelerated urbanization, as a fertile and at the same time complex field for the work of architects. planners, professionals and researchers. Therefore, this article reflects the activities of the undergraduate course in architecture and urbanism at Universidade Presbiteriana Mackenzie that articulate teaching, research and extension in light of the concept of the right to the city, seeking to contribute to the training of professionals aware of their social

function.**Key Words:** Right to the city, urbanization, socio-spatial inequality, Architecture and Urbanism, undergraduate course in Architecture and Urbanism.

INTRODUÇÃO¹

No Brasil contemporâneo o aumento da precariedade e da vulnerabilidade socioespacial está associada ao processo acelerado de urbanização pelo qual passaram as cidades e à curva ascendente do consumo em um mundo globalizado e desigual.

O arquiteto, como agente de transformação do espaço visando o bem-estar da sociedade, deve ser preparado para atuar neste contexto complexo e em constante conflito socioespacial, estando apto a exercer a sua função social.

O ensino de Arquitetura e Urbanismo tendo as cidades brasileiras como objeto de estudo, investigação e proposições deve rever a composição das componentes curriculares e seus respectivos conteúdos, inserindo conceitos como vulnerabilidade, precariedade e direito à cidade no desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Com isso as práticas didático-pedagógicas se tornam mais complexas uma vez que incorporaram as relações sociais e seus rebatimentos no espaço urbano, demandando a construção de metodologias que envolvam ações em que ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis.

O entendimento do Direito à Cidade, conceito amplamente discutido por Lefebvre em 1969, e seus desdobramentos na contemporaneidade – direito ao ambiente, à mobilidade, ao espaço público, ao encontro e ao habitar pleno e uma vida digna - são fundamentais para a formação de arquiteto e urbanista consciente de sua função social.

Neste artigo apresentam-se reflexões sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil, com destaque às práticas desenvolvidas no curso de Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie e a contribuição à discussão sobre os temas que se desdobram do conceito “direito à cidade”.

O ESPAÇO URBANO E O DIREITO À CIDADE

A cidade contemporânea constitui-se em um espaço dual, onde ao mesmo tempo em que representa a diversidade econômica, cultural e política, um locus privilegiado para a sociedade, é composta por espaços desiguais, onde uma parcela significativa da população vive em condições precárias, por vezes em situação de pobreza absoluta. De um modo geral, tal fenômeno é evidente nas cidades brasileiras, onde a ausência de infraestrutura básica, associada à informalidade e à pobreza reproduzem espaços segregados, tanto sob do ponto de vista social, econômico, quanto ambiental.

¹ Este artigo tem origem na reflexão e na observação das atividades acadêmicas do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, apoiadas no tripé ensino, pesquisa e extensão. A apresentação desta reflexão tem apoio da Capes Proex.

Villaça (2001) aponta que a estruturação do espaço intraurbano das cidades brasileiras é comandada pelas classes sociais dominantes que definem os modos de ocupação “*sob a ação do conflito de classes em torno das vantagens e desvantagens do espaço urbano*”, sendo que as classes de alta renda comandam a apropriação diferenciada das vantagens obtidas pelos investimentos dos recursos, qualificando o espaço da cidade. Para Carlos (2007), o espaço urbano contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que projeta o futuro a partir do momento presente, “o que nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado”.

Em “O Direito à Cidade”, publicado originalmente em 1969, Lefebvre (2001), argumenta que a produção do espaço urbano é resultado de um processo articulado de dominação marcado por aspectos econômicos, políticos e sociais. Para o autor, é necessário enfrentar os múltiplos desequilíbrios e contradições que ocorrem no espaço urbano. Sendo a cidade uma construção coletiva no decorrer de um tempo histórico, o espaço urbano é um lugar da expressão de conflitos, um lugar de desejo que emerge das necessidades da sociedade que ali habita.

O direito à cidade significa para Lefebvre (2001), o direito dos cidadãos de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação e de trocas, recusando a organização discriminatória e segregacionista, apontando que os espaços periféricos não participam de privilégios políticos. Para se promover o direito à cidade é necessário proporcionar o direito de encontro, de reunião dos diversos sujeitos sociais. O autor defende que os lugares devem responder às necessidades sociais.

Assim podemos afirmar que a cidade é compreendida e construída por todos os cidadãos, ainda que de formas desiguais, sendo a oferta do direito à cidade uma forma de resistência à fragmentação do espaço urbano. O conceito de Lefebvre (2001) conclama a realização da vida urbana como valor de uso, por meio das ações do cotidiano. A dialética entre o espaço físico e o espaço de convívio se concretiza quando a apropriação da cidade e o acesso a suas benesses não se faz de forma igual em toda parte ou para todos, o que pode ser percebido, principalmente nos espaços urbanos periféricos ou informais, destituídos dos serviços e equipamentos públicos fundamentais à realização da vida urbana.

O Direito à Cidade é visto pelo autor como um direito sobretudo a apropriação de espaços, de bens e equipamentos urbanos, e suas diversas representações. A favela, uma das mais conhecidas modalidades de assentamento precário no Brasil, é considerada por muitos autores a síntese desta sociedade desigual (FRANÇA, 2009; RUBIO, 2011). Implementar ações nas favelas, tendo como princípio o direito à cidade, poderia contribuir para o fim da segregação, para a reconquista da cidade pelas classes e grupos minoritários dela antes excluídos, possibilitando a participação plena da sociedade na construção da vida pública.

No âmbito das desigualdades das cidades brasileiras, pode-se dizer que a discussão sobre o direito à cidade é recente, tanto na elaboração das políticas públicas quanto nas universidades, impactando de forma desigual a formação dos arquitetos e urbanistas. Reconhecer as desigualdades socioespaciais e os conflitos

entre classes sociais que ocorrem no espaço urbano é fundamental para a formação e o cumprimento da função social do arquiteto e urbanista, profissão que tem entre seus principais propósitos a intervenção com vistas à transformação e a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

O ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO E A INCORPORAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS DA CIDADE

A prática profissional e o ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil têm sido marcados por uma diversidade de abordagens e de enfoques sobre a cidade. Nas instituições de ensino de Arquitetura e Urbanismo, as transformações ocorridas na estrutura curricular são moldadas por contextos históricos, políticos e institucionais. Os cursos de Arquitetura na origem tinham o enfoque no ensino artístico, estruturado dentro de academias de arte - sendo pioneiro o curso criado em 1826 na Academia Real de Ciências, Artes e Ofícios no Rio de Janeiro - ou decorrente da engenharia, como o curso de Engenheiros-Arquitetos da Escola Politécnica de São Paulo, de 1893. Na década de 1940, foram criadas várias faculdades de Arquitetura desvinculadas do ensino de belas-artes ou de engenharia (MACHADO, PEREIRA e MARQUES DA SILVA, 2003). Já a articulação com o urbanismo data dos anos de 1970, sendo esta carreira inicialmente vinculada ao ensino da pós-graduação. Atualmente, Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do Brasil, criado em 2010, define arquitetura e urbanismo como uma profissão individualizada e com atribuições diferenciadas em relação à outras profissões que muitas vezes se sobrepunham por tratarem de temas relacionados às edificações e ao espaço urbano.

No contexto da autonomia das escolas da década de 1940, o ensino de arquitetura no Brasil vinculou-se à escola racionalista/progressista, corrente modernista que tem como princípio “a idealização da cidade, atual e moderna, harmônica e eficiente, igualmente distribuída a todos e vivenciada por um homem-tipo universal” (MONTE-MOR, 2008). Sob a égide dos preceitos modernos, o ensino de arquitetura se debruçou sobre o desenho do edifício, da infraestrutura, e de proposições de planos urbanos que visavam transformações radicais na estrutura urbana, sem considerar a realidade socioespacial existente.

A partir da década de 1960, principalmente com o projeto de construção nacional e a valorização urbano-industrial, instituído no contexto da ditadura militar, o ensino de planejamento urbano e regional preponderava com vistas à formulação de “planos diretores integrados” de caráter funcional e tecnicista (MONTE-MOR, 2008; VILLAÇA, 2001; LEME, 1999; ALVIM, RIGHI, 2012).

Naquele momento, as desigualdades socioespaciais evidentes nas cidades brasileiras eram discussões marginais à política e ao ensino de arquitetura. A favela, tipologia de assentamento precário que teve origem no Brasil no fim do século XIX, sequer incluída nos mapas das cidades, era vista como algo a ser extirpado das cidades ou como fenômeno social temporário. Nas escolas, o ensino voltava-se à exercícios utópicos que tinham como propósito substituir áreas precárias principalmente por conjuntos habitacionais.

No fim dos anos de 1970, especialmente com a adoção do termo urbanismo, novas disciplinas foram introduzidas em grande parte das escolas, principalmente ligadas ao patrimônio histórico, ao paisagismo e ao desenho urbano, revelando as contradições do modelo de ensino vigente até então.

Em meados dos anos de 1980, o movimento social de redemocratização do país contribuiu para alterações na trajetória das políticas públicas e, conseqüentemente, nas estruturas curriculares das escolas de arquitetura e urbanismo. Os movimentos sociais ganharam vulto impulsionados por demandas de acesso as políticas sociais e urbanas, relacionadas à habitação, saúde e outras questões relativas as condições de vida nas cidades. A nova Constituição Federal de 1988, promoveu a descentralização da gestão, valorizando o poder municipal na forma democrática e o Plano Diretor passou a ser o principal instrumento de ordenação urbana.

Neste momento, a urbanização de favelas passa a ser uma alternativa ao modelo de intervenção até então vigente no Brasil. Com a aprovação da Lei 10.257, o Estatuto da Cidade, em 2001, seguido, da criação do Ministério das Cidades em 2003, a questão urbana passou a ser prioritária. Acentua-se, então, o questionamento sobre o ensino tradicional de arquitetura e urbanismo onde figuravam princípios de um modelo idealizado de cidade, defendendo-se uma abordagem de projeto urbano frente às especificidades e à complexidade da realidade das cidades brasileiras. O plano diretor passou a ser tarefa obrigatória da agenda político-institucional e a introdução de novos instrumentos urbanísticos assinalaram caminhos possíveis para a discussão do direito à cidade da população residente nos espaços excluídos das cidades brasileiras.

O ensino de arquitetura e urbanismo voltou-se para o entendimento da realidade das cidades brasileiras, tendo como pressuposto o enfrentamento dos desafios dos diferentes processos de urbanização que emergiam no mundo globalizado, em uma perspectiva de produção e intervenção no espaço urbano em suas diversas escalas. Neste novo contexto, um dos desafios fundamentais aos cursos de graduação e pós-graduação em arquitetura e urbanismo é a capacitação profissionais para compreender e atuar sobre os problemas decorrentes da urbanização desigual das cidades brasileiras, onde o Direito à Cidade passa a ser o conceito chave.

O curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie insere-se neste contexto, e vem contribuindo para a formação de um profissional que busca uma sociedade equilibrada, justa e um ambiente urbano com qualidade. Sua estrutura curricular ao longo de mais de um século de existência se transformou de modo similar ao relatado neste artigo, articulando pesquisa, o ensino, a extensão e reformulando as práticas de ensino-aprendizagem.

A FAU MACKENZIE E A FORMAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA NA CONTEMPORANEIDADE

Entramos na terceira década do século XXI, onde as transformações das cidades e da sociedade apresentam cenário complexo com inúmeros desafios para

os profissionais de todas as gerações, principalmente dos futuros arquitetos urbanistas. Estas transformações e suas especificidades devem ser centrais nas práticas didático-pedagógicas dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, contribuindo para a formação de profissionais que atuarão no cenário brasileiro.

Novas questões emergem no campo profissional na área de Arquitetura e Urbanismo, as quais se entrelaçam com a complexidade e com os problemas da realidade das cidades brasileiras. Para ALVIM (2017), a urbanização do nosso século decorre do desenvolvimento industrial e tecnológico exponencial que têm os centros urbanos como ponto estratégico. Nas palavras da autora:

“Estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que em 2030 mais de dois terços da população mundial residirá nas cidades (UN-HABITAT, 2016). Tal fato poderia ser motivo para comemoração, já que as cidades são os centros do desenvolvimento econômico, das oportunidades, da cultura, entre outros tantos atributos que representam a vida urbana. No entanto, as mesmas estimativas apontam para um mundo urbano em franco aumento de desigualdade e exclusão” (p. 347).

A partir deste universo complexo e em constante conflito é preciso apostar na articulação entre Universidade e ações que buscam avanços sociais, como ferramenta na busca da superação da contradição entre a socialização do trabalho e a privatização dos lucros na produção da cidade em um movimento de mudança, onde a sociedade urbana pensada apenas como produto deve dar lugar à sociedade urbana como obra coletiva (LEFEBVRE, 2001).

Diante disso, a formação do arquiteto urbanista deve considerar o profissional com agente transformador. Reconhece-se, portanto, que a Arquitetura e o Urbanismo é um instrumento privilegiado de discussão capaz de construir uma hipótese para dar forma a um mundo inclusivo. Tal instrumento se apresenta como possível construção de paisagem para a vida (ROLNIK, 2019), a partir da proposição e percepção de espaços como territórios de escuta e debate, capazes de propiciar conquistas coletivas.

O curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie data de um período em que arquitetos tinham um papel central no desenvolvimento urbano, principalmente na construção e modernização das cidades brasileiras; ao longo do século XX foi responsável pela formação de inúmeros arquitetos de destaque nos cenários nacional e internacional. Na atualidade, sua responsabilidade se amplia.

No âmbito de um processo contínuo de atualização curricular, seus cursos de graduação e de pós-graduação buscam preparar seus estudantes para os desafios do século XXI, com destaque ao enfrentamento das crescentes desigualdades socioespaciais das cidades brasileiras.

Recentemente, o curso passou por importante reforma curricular visando integrar suas disciplinas de forma horizontal e vertical com vistas à formação de um profissional mais atento às transformações da cidade contemporânea.

A revisão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) visou eliminar a fragmentação do conhecimento e a especialização, ao diminuir o número de disciplinas, valorizar a formação continuada, possibilitando modalidades diversas fortalecendo a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão. As disciplinas de urbanismo ganharam papel central na formação do profissional, numa visão integrada entre arquitetura e cidade, em contato com a realidade que se faz cotidianamente nas diversas atividades do curso e para além da sala de aula.

Além de reforçar inovações didático-pedagógicas que já vinham sendo implementadas desde o início do século XXI, o novo PPC introduziu novas dinâmicas integradas de ensino, pesquisa e extensão com contextos e métodos atualizados buscando valorizar o protagonismo estudantil; incorporando meios para uma revisão constante das temáticas contemporâneas da sociedade e dos avanços tecnológicos; incentivando a inter e a transdisciplinaridade; estimulando a pesquisa aplicada integrada a pós-graduação; fortalecendo as relações com a sociedade e principalmente, reforçando os valores éticos e cidadãos no desenvolvimento das habilidades, competências e atitudes dos estudantes, para que estes sejam profissionais criativos e com espírito de liderança (FAU Mackenzie, 2017).

A reformulação do PPC, teve como desafio a implementação de um processo de ensino-aprendizado integrado, participativo e interativo entre seus agentes: estudantes, professores, comunidade acadêmica e sociedade. Baseado na aproximação, integração e fusão das disciplinas, buscou um desenho que oriente a formação do estudante, sendo o projeto de arquitetura e urbanismo a espinha dorsal não somente do curso, mas da reflexão da produção prático-teórica, sobre qual o futuro profissional deve ser capaz de construir uma agenda que oriente métodos de projeto e atuação (SALAMA, 2009).

Da grade constituída por antigos e seccionados departamentos e suas caixas de demandas, problemas e potencialidades pragmaticamente separados, nasce a trama construída por (i) contextos aglutinadores, sem limites definidos, que favorecem a intersecção de conteúdos e saberes; (ii) ateliês e estúdios integrados misturando distintos conteúdos, abordagens e práticas; (iii) e linhas de atravessamento transversais e eventos que costuram e promovem novas formas de produção do conhecimento. O desenho destes cruzamentos entre contextos integradores, estrutura dos ateliês e estúdios e as ações transversais.

Nesta trama, duas premissas são fundamentais: 1. as etapas deixam de ser conjuntos estanques e passam a ter uma articulação permanente, comprometida com o campo do pensamento para efetivas, necessárias e urgentes atitudes e atividades extensionistas e 2. a progressão do aprendizado deixa de estar contida em um núcleo de conhecimento, e adquire um caráter transdisciplinar – multi e interdisciplinar – com a incorporação de suas interfaces com outras ‘disciplinas’ e áreas do conhecimento. Neste contexto, florescem novas atitudes estudantis, que produzem um papel mais ativo na construção coletiva do curso e da sociedade, ambos em constante formação.

Dentro de um quadro geral em permanente transformação, com contextos que se alteram rapidamente e em um único mundo, diverso e complexo, no qual a

tecnologia e os desequilíbrios sociais e ambientais constituem uma temática constante na perspectiva de novas bases para a vida no planeta.

Dada a complexidade e a fragmentação de conteúdos que compõem o ensino defende-se um sistema integrado de conhecimento como saída possível sendo o projeto um elemento de articulação (MORIN, 2005). Tal elemento se apresenta como uma aposta, no entendimento do território e da construção da paisagem, através da exploração de possibilidades de diálogo, onde falar e ouvir só tem sentido quando este processo é impulsionado por todos e para todos.

A pesquisa e a extensão na FAU Mackenzie, apesar de serem atividades recentes, são consideradas fundamentais e indissociáveis do ensino de arquitetura e urbanismo. Os grupos de pesquisa são responsáveis pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, envolvendo docentes, discentes e pesquisadores, da Graduação à Pós-Graduação, além de participantes externos de outras instituições (Figuras de 1, 2 e 3)



Figura 1: Alunos e professores do grupo de pesquisa em curso de capacitação em QGIS.
Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Urbanismo Contemporâneo Redes, Sistemas e Processos, 2018.



Figura 2: Discussão de alunos e professores com a comunidade no âmbito do Projeto de pesquisa Plano de bairro e regularização fundiária no jardim Piratininga (Fundo Mack pesquisa).
Fonte: Acervo Grupo de Pesquisa, cedidas pelos Professores Líderes Mauro Claro e Ana Paula Calvo, 2019.



Figura 3: Tópicos Especiais em Arquitetura e Urbanismo. Oficina com alunos e adolescentes em Paraisópolis – doutorando Wagner Rezende; Prof.^a. Angélica Benatti Alvim.
Fonte: Acervo Prof.^a Angélica Benatti Alvim, 2018.

Além dos eventos e projetos, merece menção a atuação do MOSAICO, o escritório modelo do Curso de Arquitetura e Urbanismo que agrega alunos e professores, atuando de forma contínua junto a sociedade civil. Organizados em grupos de trabalhos (GT), os alunos realizam projeto em estudo preliminar para comunidades carentes e entidades assistenciais. Em 2018, os (GT) estiveram comprometidos com a reforma do Projeto pedagógico.

No âmbito desse conjunto de atividades, estimula-se que alunos envolvidos em pesquisas, em conjunto com seus professores orientadores, participem com artigos em importantes seminários, como por exemplo o Encontro Nacional de Pesquisa em Arquitetura (ENANPARQ), o Encontro Nacional de Pesquisa em Urbanismo (ENANPUR) e os Seminários Nacionais de Urbanização de favelas (UrbFavelas).

Eventos organizados pela FAU-Mackenzie que visam o fortalecimento dessas atividades são realizados anualmente, entre eles a Semana Viver MetrÓpole (SVM) e o Fórum de Pesquisa.



Figura 4: Mesas redondas da XV Semana Viver MetrÓpole com a participação de Arquitetos, representantes do poder público e da população de assentamentos precários.
Fonte: Imagens de autoria de Angélica Benatti Alvim e Debora Sanches, 2019.

Em 2019 com apoio financeiro do CAU/SP professores da FAU Mackenzie e arquitetos representantes do IAB por iniciativa do Coletivo ENTREFAUS, organizaram e realizaram na sede da FAU Mackenzie o I Fórum Regional de Assistência Técnica (ATHIS) (Figura 4).

Durante a pandemia Covid-19, a FAU-Mackenzie organizou um importante programa de extensão envolvendo alunos e professores dos dois cursos, Arquitetura e Urbanismo e Design, o FAU + D Mackenzie Acolhe. Tal programa se desdobrou em projetos e ações junto à população de assentamentos precários e cortiços da cidade de São Paulo que usualmente são parceiros dos cursos com apoio de escolas da universidade, arquitetos, Prefeitura de São Paulo, a SABESP e ONGs. Algumas ações e projetos desenvolvidos são:

- Doação de Face Shields e álcool gel produzidos pela Escola de Engenharia e Faculdade de Farmácia Mackenzie para comunidades parceiras dos grupos de pesquisa da FAU-Mackenzie;
- Campanha Ajuda Glicério organizada por professores e alunos de Estúdio Urbanismo IV (4ª etapa do curso), para arrecadação e doação de cestas básicas para as famílias moradoras dos cortiços do Bairro do Glicério em São Paulo (Figura 5);
- Bolsa Conforto. Projeto e confecção de bolsa e acessórios com dupla função: acomodar e carregar produtos de higiene e transformasse em berço para bebês de mulheres grávidas e mães de recém-nascidos de comunidades parceiras dos grupos de pesquisa da FAU-Mackenzie. Parceria com a Ong Design Possível e a ONG Cardume de Mães;
- Projeto Comunicação para esclarecimento e conscientização sobre a pandemia do Covid 19 para comunidades parceiras dos grupos de pesquisa da FAU-Mackenzie (Figura 6);
- Projeto e instalação de banheiros container em comunidades parceiras dos grupos de pesquisa da FAU-Mackenzie. Parceria entre SABESP e o Arquiteto Sergio Sampaio (Figura 7);
- Projeto Pias Públicas. Projeto e instalação de protótipo de pia-viga-tambor em Heliópolis. Parceria entre SEHAB-PMSP, SABESP e a ONG Habitat Brasil (Figura 8);
- Projeto Centro Comunitário para a comunidade Vila Verde, no Jaraguá, a ser construído em mutirão e que será utilizado também pelos moradores do entorno do bairro (Figura 9);
- Projeto e execução de família de móveis piloto, multifuncionais para atender o cuidado mãe-bebê em habitações em comunidades parceiras dos grupos de pesquisa da FAU-Mackenzie em parceria com Projeto IV/Design + Instituto Leo Madeiras (Figura 10);
- Projeto e instalação de cozinha experimental comunitária no Sacolão da Freguesia do Ó que permanecerá como equipamento de utilização pública da população moradora da área. Parceria com a CASA COR/Janelas Casa Cor (Figura 11).



Figura 5: Campanha Ajuda Glicério.
 Fonte: Acervo da campanha, 2020.

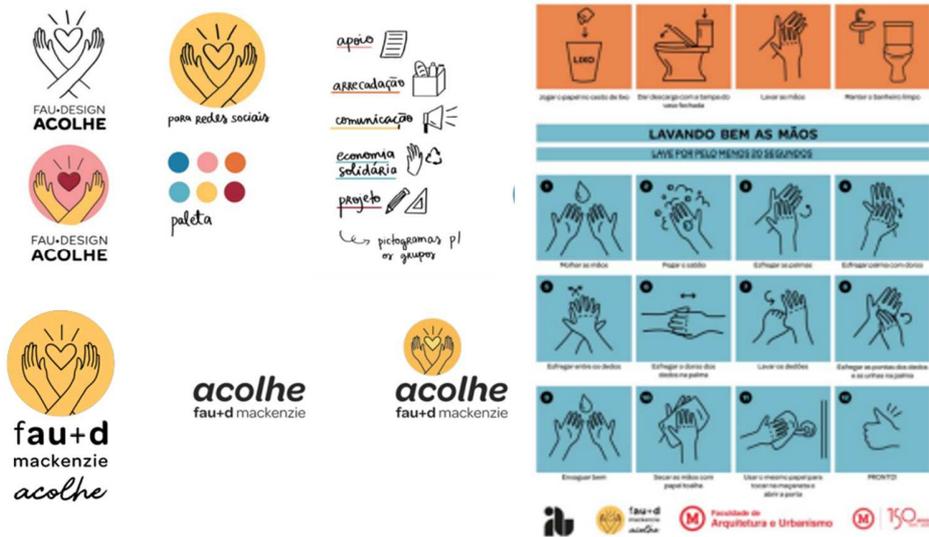


Figura 6: Projeto Comunicação FAU + D Acolhe.
 Fonte: Acervo do FAU + D Acolhe, 2020.



Figura 7: Banheiros instalados na Ocupação 9 de Julho e Favela do Moinho.
 Fonte: Acervo FAU + D Acolhe, 2020.



Figura 8: Pias Públicas em Heliópolis.
 Fonte: Acervo FAU + D Acolhe, 2020.



Figura 9: Projeto para o Centro Comunitário Vila Verde.
 Fonte: Acervo FAU + D Acolhe, 2020.

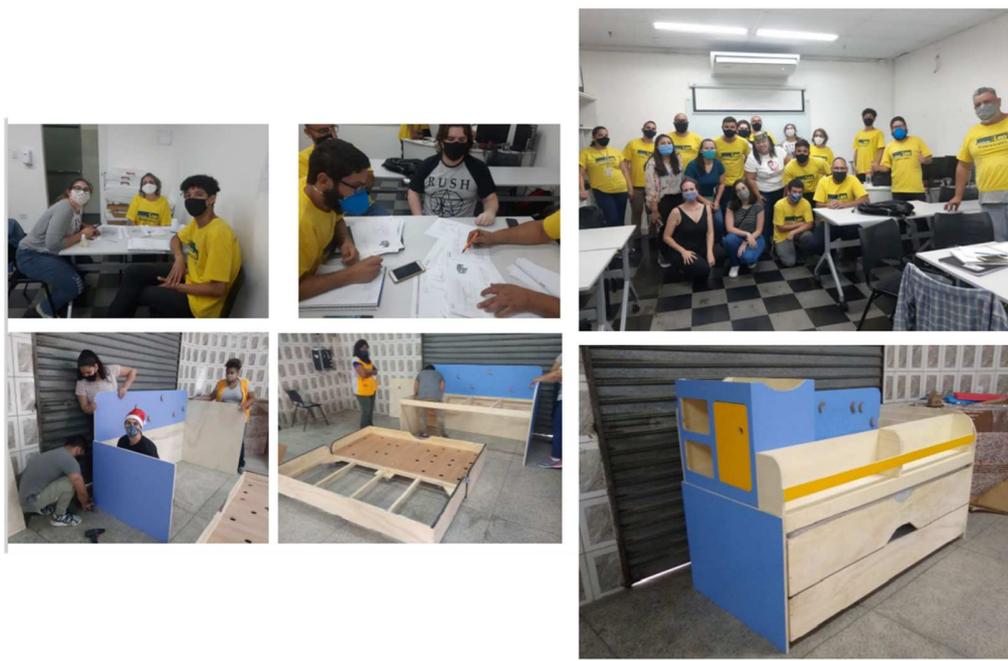


Figura 10: Família de móveis multifuncionais
 Fonte: Acervo FAU + D Acolhe, 2020.



Figura 11: Projeto e instalação de cozinha experimental comunitária na Freguesia do Ó.
Fonte: Acervo FAU + D Acolhe, 2020.

A partir de 2020 (já em atividades síncronas remotas em função da pandemia), foi criada a Oficina Coletiva de Contextualização, atividade realizada na primeira semana de curso que tem por princípio integrar componentes e práticas extensionistas². Incorporada por todos os componentes curriculares, as atividades têm como fio condutor os contextos integradores, seus territórios e agentes sociais, com participação ativa, de modo a instigar os alunos a intenções propositivas. A proposta é que, a partir desses tensionamentos ao longo do semestre, os alunos possam desenvolver trabalhos que desencadeiem leituras cruzadas entre os componentes, além do necessário retorno aos agentes envolvidos.

Longe de dar conta da complexidade dos temas aqui apresentados, algumas ações são fundamentais para um processo permanente de aprimoramento dos cursos e das atividades de uma faculdade de Arquitetura e Urbanismo, tais como aponta Alvim (2017):

- adequação dos componentes curriculares, quando possível, às temáticas contemporâneas e aos avanços tecnológicos;
- incentivo à inter e à transdisciplinaridade, necessárias para a renovação das práticas e dos processos de ensino-aprendizagem, integrando componentes curriculares, práticas e teóricas, atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- promoção da pesquisa aplicada como alternativa de proposição direta nos segmentos público e privado;

² A oficina de contextualização se insere nas ações para a curricularização da extensão, dada pela Resolução Nº 7 de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de educação, regulamentando as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação.

- utilização de novos instrumentos no processo de ensino-aprendizagem em que a experimentação seja protagonista;
- ampliação das relações com a sociedade, de forma a ampliar o alcance das áreas de conhecimento em direção às camadas excluídas da sociedade, contribuindo também para a promoção de cidadania e formação de novos talentos;
- proposição de novos meios para melhorar a inserção social, promovendo diálogo mais amplo entre teoria e prática, como instrumento de aproximação entre os distintos campos de conhecimento e a sociedade;
- maior aproximação ao mercado e às demandas crescentes da sociedade;
- valorização da formação continuada dos professores de Arquitetura, Urbanismo e Designer;
- consolidação da internacionalização, permeando as diversas áreas de conhecimento e níveis de formação;
- fortalecimento das instâncias de representação da Escola – órgãos colegiados, grupos de trabalho, representantes docentes e discentes, Congregação – de forma a envolver diversos atores na formulação e na implementação de ideias e concretização das ações;
- reforço os valores éticos e cidadãos no desenvolvimento das habilidades, competências e atitudes dos estudantes, para que sejam profissionais éticos, criativos e que contribuam para suas áreas de atuação” (p. 357-359).

Após quatro anos de implantação do PPC 2017, mesmo com dois anos em atividades remotas, vários e animadores resultados já podem ser verificados. Sem prejuízo da tradição de força no projeto de arquitetura que sempre caracterizou a Escola, as integrações propostas começam a produzir e evidenciar seus frutos: os novos ateliês e estúdios criaram as condições para a implantação de um curso integrado entre as antes separadas disciplinas técnicas, projetuais, urbanísticas, paisagísticas e teóricas, propiciando a oportunidade de compreensão, reflexão e atuação mais ampla e completa dos estudantes.

DESAFIOS FUTUROS AOS ARQUITETOS E URBANISTAS BRASILEIROS

No 27º Congresso Internacional de Arquitetos realizado em 2021, profissionais e acadêmicos do mundo, em palestras e debates, apresentaram ideias acerca de temas contemporâneos que preocupam toda a comunidade de profissionais comprometidos com a sustentabilidade e a inclusão na cidade contemporânea.

O congresso trouxe como diretrizes para o debate as diretrizes da Agenda 2030 da ONU-Habitat e da Unesco agrupadas em 4 linhas temáticas, quais sejam:

“DIVERSIDADE E MISTURA, onde a cidade, entendida como lócus do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, deve ser acolhedora para todos os cidadãos. Nesse contexto, a universalização dos serviços públicos é condição fundamental;
FRAGILIDADES E DESIGUALDADES. A cidade contemporânea deve ter como princípio a construção de um espaço urbano coletivo, planejado e administrado como função de Estado por meio de políticas públicas democráticas e inclusivas, com foco no combate às fragilidades e às desigualdades socioespaciais;

MUDANÇAS E EMERGÊNCIAS. A boa cidade é aquela que tem como foco a condição humana, o respeito ao meio ambiente, a valorização do patrimônio natural, histórico e cultural, e densidade demográfica coerente com a oferta e manutenção de serviços públicos essenciais, e TRANSITORIEDADE E FLUXOS. cidade inclusiva e sustentável provê espaços e meios de deslocamentos eficientes e com qualidade para atender satisfatoriamente as necessidades das pessoas, os fluxos de materiais e informações que a contemporaneidade exige” (ONU-Habitat, 2017).

A Carta do Rio, documento resultante do evento, conclama a função social do arquiteto e urbanista, especialmente quando [...] *a degradação do habitat e o desperdício de recursos colocam em risco a humanidade [...]*, e a pandemia evidenciou a relação de interdependência entre as dimensões política, econômica, social, cultural e ambiental na configuração dos territórios e das cidades. Destaca ainda a urgência na promoção de políticas públicas para a construção de cidades inclusivas e saudáveis, onde povos e culturas diversas possam conviver em harmonia.

Desse modo, recomenda-se o combate ao processo de urbanização extensiva [...] *que se expressa, na maioria das vezes, no avanço ilegal e predatório da ocupação urbana sobre terras agriculturáveis, mananciais de água e áreas de proteção ambiental [...]* (UIA, 2021), por meio de projetos inclusivos que só a mudança de mentalidade pode alcançar.

Especialmente no Brasil após 30 anos da promulgação do Estatuto da Cidade (2001), que regulamentou instrumentos urbanísticos da Constituição Federal de 1988 (art. 182 e 183) e tinha como objetivo o desenvolvimento equitativo das cidades, observa-se que apesar dos avanços viabilizados por este importante marco legal, a desigualdade permanece e vem recrudescendo, principalmente na última década.

A carta aberta “O futuro do Estatuto da Cidade” segue evidenciado que resta um longo caminho a ser trilhado, para o alcance de um patamar de equidade para as cidades brasileiras, de modo a reduzir as desigualdades socioespaciais e econômicas.

“Tornar nossas cidades mais saudáveis, na atualidade, será resultado de uma sociedade mais justa e equitativa, assentada em harmonia com o ambiente onde está inserida. Saúde, prosperidade e desenvolvimento sustentável são princípios indissociáveis e devem ser garantidos a todas as pessoas. Para alcançá-los, temos os instrumentos e sabemos como fazer. No entanto, entendemos que podemos ampliar significativamente as experiências municipais, que fazem uso de instrumentos de planejamento urbano para uma transformação mais radical, de acordo com os preceitos e diretrizes do Estatuto, e com isso garantir o direito à cidade para todas e todos” (IAB, 2021).

Desse modo, para formar profissionais comprometidos a Universidade se apresenta como ferramenta que deve contribuir para a formação de um profissional capaz de refletor criticamente e formular de projetos inclusivos com o objetivo de promover o direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS³

Na atualidade, novas questões emergem para a formação de arquitetos e urbanistas frente a complexidade da realidade da cidade contemporânea, particularmente em um contexto de fragmentação e desigualdades socioespaciais (ALVIM, 2017).

O modelo de urbanização das cidades brasileiras aliado ao aumento da precarização das formas de moradia, à curva ascendente do consumo em um mundo globalizado e desigual acarretam fortes impactos no modo de vida e representam desafios para a área de Arquitetura e Urbanismo.

Esses fatos demandam o desenvolvimento de soluções criativas, comprometidas com o papel social desse campo de conhecimento. Neste contexto, a integração entre atividades de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de arquitetura e urbanismo é central na formação de profissionais proativos, aptos a responder às demandas sociais, com capacidade técnica e raciocínio crítico, articulando saberes e equipes multidisciplinares, identificando temas potenciais e desenvolvendo soluções inovadoras em múltiplos contextos, de incertezas e de rápida transformação da sociedade.

Na FAU-Mackenzie a atualização e a revisão constante do Projeto Pedagógico do curso de Arquitetura e Urbanismo contribuem para a formação de um profissional flexível e apto a lidar com temas atuais e futuros da sociedade contemporânea.

Os projetos de extensão aproximam os alunos da realidade da cidade e da população de baixa renda que vive em situação precária respondendo a função social da universidade na formação de profissionais conscientes.

De modo geral, aprofundar o conhecimento sobre as desigualdades socioespaciais das cidades brasileiras possibilita identificar inovações nos campos teóricos e práticos que envolvem o planejamento, o projeto e as intervenções no espaço urbano, temas fundamentais ao exercício profissional do Arquiteto e Urbanista e no cumprimento de sua função social no Brasil.

Para que se possa atingir os objetivos enunciados pelos documentos que hoje constituem-se em referências para a área de Arquitetura e Urbanismo (Nova Agenda Urbana, Carta do Rio e Futuro do Estatuto da Cidade) há que reforçar o papel dos cursos de graduação como locus de transformação de mentalidades e de engajamento de futuros profissionais, desde a sua formação, na busca pelo direito à cidade.

REFERÊNCIAS

^{3 3} Este artigo tem origem na reflexão e na observação das atividades acadêmicas do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, apoiadas no tripé ensino, pesquisa e extensão. A apresentação desta reflexão tem apoio da Capes Proex.

ALVIM, Angélica Tanus Benatti; RIGHI, R. Evolução e Perspectivas do Ensino de Urbanismo nas Escolas de Arquitetura e Urbanismo: o caso da UFRJ. In: *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2012*, Porto Alegre. XII SHCU. Porto Alegre: UFRGS. v. único. p. 1-12.

ALVIM, Angélica Tanus Benatti. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie: desafios e perspectivas para o século XXI. in ALVIM, Angélica Tanus Benatti; ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi; ABRUNHOSA, Eduardo Castedo. *Arquitetura Mackenzie 100 anos FAU Mackenzie 70 anos: pioneirismo e atualidade*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2017.

BRASIL. Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. *Estatuto da Cidade*. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em 10 dez. 2021.

BRASIL. LEI Nº 12.378, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010. *Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAU; e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12378.htm. Acesso 10 dez 2021.

CARLOS, Ana Fanny Alessandri. *Espaço Urbano*. 2. ed. São Paulo: Labur Edições/GESP, 2007.

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie - FAU-Mackenzie. *Projeto pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2017.

FRANÇA, Elisabete. *Favelas em São Paulo (1980-2008): Das propostas de desfavelamento aos projetos de urbanização*. Dissertação (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB). *O Futuro do Estatuto da Cidade*. São Paulo: IAB, 2021. Disponível em: https://www.iabsp.org.br/carta_aberta_o_futuro_do_estatuto_da_cidade.pdf. Acesso em 10 dez 2021.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. Versão do original em francês, 1969.

LEME, Maria Cristina da Silva. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1865-1965. In: LEME, Maria Cristina da Silva. (coord.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Estúdio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

MACHADO, Denise Barcellos Pinheiro; PEREIRA, Margareth da Silva; MARQUES DA SILVA, Rachel Coutinho. Breve panorama evolutivo do ensino de urbanismo no Brasil. In: SCHICCHI, Maria Cristina e BENFATTI, Dênio (orgs.) *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro* p. 113-136. Campinas, Rio de Janeiro: Ócullum Ensaio, PROURB/UFRJ, 2003.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. (2007) *Assentamentos Precários no Brasil Urbano*. Brasília: Secretaria Nacional de Habitação / MCidades / Centro de Estudos da Metrópole - CEBRAP. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/relatorio-assentamentos-precatorios-no-brasil-urbano.pdf> Acesso em 10 dez de 2021.

MONTE-MOR, Roberto Luiz de Melo. Do urbanismo à política urbana: notas sobre a experiência brasileira. In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de. (Orgs.) *Planejamento Urbano no Brasil. Trajetória, avanços e perspectivas*. 31 – 65. Belo Horizonte: C/ Arte, 2008.

MORIN, Edgar. *Educação na era planetária*. Conferência na Universidade São Marcos, São Paulo, Brasil, 2005. Disponível em <http://www.edgarmorin.org.br/textos.php?tx=30>. Acesso em 30 ago. 2021.

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - ONU Habitat (2017). *Nova Agenda Urbana*. Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). Disponível em: <http://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>. Acesso em 10 dez 2021.

ROLNIK, Raquel) *Paisagens para a renda, paisagens para a vida: disputas contemporâneas pelo território urbano*. Revista Indisciplinar. Belo Horizonte: EA-UFMG, 2019.

RUBIO, Viviane Manzione. *Projeto de Urbanização de Assentamentos Precários no Rio de Janeiro e São Paulo: Um Instrumento de Construção de Cidade*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011.

SALAMA, Ashraf M. *Transformative Pedagogy in Architecture and Urbanism*. UMBAU-VERLAG, 2009.

VILLAÇA, Flavio *Espaço Intra-urbano no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 2001.

União Internacional de Arquitetos – UIA. Carta do Rio de Janeiro - todos os mundos, um só mundo, arquitetura-cidade 21. 27º Congresso Mundial de Arquitetos - UIA2021RIO. Rio de Janeiro: UIA, 2021. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/UIA2021RIO_CARTA-DO-RIO_220721.pdf. Acesso em 10 de dez 2021

